



# O Ideário Patrimonial O идеарио

A Memória Colectiva em  
Reflexão: Angola, Brasil,  
Espanha, Marrocos e Portugal

# MEMÓRIA LOCAL, VALORES REMEMORATIVOS E PRESERVAÇÃO

## LOCAL MEMORY, REMEMORATIVE VALUES AND PRESERVATION

Eliza Furlong Antochevis

Faculdade João Paulo II - Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Rua General Abreu, 34. Rio Grande/RS. CEP 96211-100. Brasil  
[eliza.antochevis@gmail.com](mailto:eliza.antochevis@gmail.com)

Renata Barbosa Ferrari Curval

Universidade Federal do Rio Grande, Escola de Engenharia, Núcleo de Expressão  
Gráfica  
Rua Dr. Nascimento, 497/805. Rio Grande/RS. CEP 96200-300. Brasil  
[renata.atm@gmail.com](mailto:renata.atm@gmail.com)



# Memória Local, Valores Rememorativos e Preservação

Eliza Furlong Antochevis

Renata Barbosa Ferrari Curval

## Historial do artigo:

Recebido a 04 de maio de 2019

Revisto a 02 de julho de 2019

Aceite a 08 de julho de 2019

## RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar como a memória local e os valores rememorativos (de antiguidade, histórico e rememorativo intencionado), definidos pelo historiador Alois Riegl, já em 1903, podem ser atribuídos a uma obra arquitetônica. Tais valores têm a capacidade de transformar uma obra em um monumento histórico, em um bem cultural, definindo a forma como a mesma será preservada ao longo dos anos. Somados à memória local, esses valores, ou a sua ausência, são a principal causa do estado de preservação de um prédio histórico. Objetivando o resultado desse estudo, analisaram-se dois prédios históricos da cidade do Rio Grande, listados no Inventário de Bens Culturais do município, sendo um deles também tombado pelo Estado, o qual encontra-se inteiramente conservado após ter passado por processo restaurativo, enquanto o outro passou anos abandonado, sem receber nenhum processo interventivo apresentando-se em um estado avançado de degradação.

**Palavras-Chave:** arquitetura; preservação; memória local; valores rememorativos.

## ABSTRACT

The present work aims to study how the local memory and the reminiscent values (antiquity, historical, and intentional reminiscence), defined by the historian Alois Riegl, in 1903, can be attributed to an architectural work. These values have the capacity to transform a work into a historical monument or an historical asset, defining how it will be preserved over the years. Added to the local memory, these values – or its absence – are the main cause of the state of preservation of an historical building. Aiming the results of this study, two historical buildings in the city of Rio Grande, listed in the Inventory of Cultural Goods of the municipality, were analyzed, one of them being registered by the State, which is completely conserved after undergone a restorative process, while the other was abandoned for years, not receiving any interventional process and in an advanced state of degradation.

**Key-words:** architecture; preservation; local memory; reminiscent values.

## 1. Introdução

Os bens culturais são elementos surgidos da relação entre o homem e o meio ambiente, e cada um deles narra a história de sua própria época e do seu lugar de origem, criando assim a memória local desse lugar (Lemos, 1997). A necessidade que uma população possui de preservar

uma construção histórica é a necessidade de preservar a sua própria identidade. Sendo o oposto também verdadeiro.

São conferidos a uma obra valores rememorativos como o de antiguidade, dado por sua aparência não moderna ou o valor histórico, adquirido por representar determinado período da história (Riegl, 2008). Também podemos citar o valor rememorativo intencionado, que objetiva que o monumento histórico não se converta em passado. Esses valores representam o pensamento da população em geral e de estudiosos (historiadores, preservacionistas) para com a obra arquitetônica.

A memória local e os valores rememorativos são complementares, pois asseguram a continuidade existencial do bem. São eles o âmago da questão da preservação, acima da especulação imobiliária ou de uma possível falta de incentivos fiscais para os proprietários de imóveis inventariados ou tombados. É muito comum e explícito ao andar-se por alguns centros históricos situados em cidades também históricas presenciar-se o descaso ou apreço da população com a memória do local, ou com a memória do próprio monumento, o que pode ser decorrente de um ou de uma somatória de fatores.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como a preservação ou a descaracterização de bens culturais estão ligadas às questões de memória local e valores atribuídos pela população. Para tanto, foram realizados dois estudos de caso, nos quais foram investigados dois prédios históricos, situados no centro histórico da cidade do Rio Grande, a cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul (o estado mais ao sul do Brasil). Os objetos de pesquisa são o chamado Sobrado dos Azulejos, inventariado, tombado em nível estadual e bem conservado; e um prédio residencial, inventariado e em precário estado de conservação. Ambos contam com revestimento parietal externo em azulejos portugueses do século XIX, originais da cidade do Porto.

## 2. Valores Rememorativos

A preservação existe para que o patrimônio cultural resista à ação do tempo da forma mais corajosa possível, constituindo um testemunho de outras épocas. O monumento é um amparo contra o trauma da existência (Choay, 2006). Em uma época na qual se fala tanto a respeito de patrimônio, preservação e identidade, algumas questões continuam intrigando aqueles que se dizem zelosos com os monumentos históricos.

Alguns dos principais questionamentos acerca do assunto se resumem ao porquê de um prédio receber manutenção correta por mais de cem anos e outro ser deixado ao acaso às ações de intempéries e vandalismo? O que faz com que essas duas situações opostas possam ocorrer em uma mesma cidade, levando-se em consideração a análise de prédios de mesmo padrão e mesma tipologia, porém com usos distintos?

A resposta para essas e outras perguntas semelhantes encontra-se antes das questões econômicas e financeiras que levam à especulação imobiliária, com sua busca por altos índices construtivos, e alturas elevadas, ou da isenção (ou não) de impostos aos imóveis históricos. Sabe-se que quando se almeja preservar um imóvel ele é de fato preservado. O cerne da questão está, então, na importância atribuída pela sociedade para cada bem cultural ou para sua historicidade, para cada monumento histórico presente em determinado local. Conforme o pensamento do historiador Alois Riegl (2008) os valores rememorativos são os valores ligados ao passado, que se valem da memória, atribuídos a um monumento histórico.

Em primeiro lugar podemos citar o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea. Isso significa que em alguns casos o que mais

chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio: um ornamento art nouveau, uma parede com escaiola, uma porta com bandeira de vidros coloridos. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é visto com bons olhos.

Inicialmente, podemos citar o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea. Isso significa que em alguns casos o que mais chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio: um ornamento *art nouveau*, uma parede com escaiola, uma porta com bandeira de vidros coloridos. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é visto com bons olhos.

Outro valor rememorativo é o valor histórico. Ele faz com que as construções sejam preservadas por representarem um período da evolução que não mais existe e que não irá voltar. Nesse caso, quanto menos alterações, adições ou subtrações o monumento sofrer, melhor. A sociedade quer vê-lo como seus antepassados o viram, com as mesmas características representativas de um fato histórico, de um momento determinado. Espera-se que o monumento histórico permaneça com suas feições originais pelo maior tempo possível.

Em algumas situações o valor histórico pode levar até mesmo à cópia, pois o monumento é extremamente representativo para a sociedade onde está inserido. É o caso dos bens que passam por incêndios, como o prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande (vd. **Figura 1.**) que teve seu interior totalmente consumido pelo fogo no ano de 2006. Houve uma comoção muito grande por parte da população, levando o poder público a investir em um projeto de restauro cuja obra que durou de 2009 a 2012. Pode-se dizer que no novo prédio o interior, a cobertura e alguns detalhes da fachada são cópias dos originais. A sociedade, no entanto, prestigiou a reinauguração como se houvesse se recuperado de um trauma vivido.



**Figura 1.** A) Prédio da Prefeitura após incêndio; B) Prédio da Prefeitura após restauro.

**Fonte:** A) Prefeitura Municipal do Rio Grande; B) Jornal Zero Hora.

Complementando os dois valores anteriores surge o valor rememorativo intencionado. Ele representa a necessidade que a sociedade possui em assistir alguns de seus monumentos históricos sendo preservados ao longo dos anos. Segundo Riegl (2008), “(...) o valor rememorativo intencionado aspira de modo total à imortalidade (...)”. Dessa forma, implica na restauração intencional. A sociedade sabe que o monumento representa o passado, devendo lembrá-lo. Porém, o mais importante é mantê-lo “atual”, sem as marcas do tempo, sem patologias aparentes, assim como alguns centros históricos que recebem novos revestimentos

e pinturas com cores que nunca antes haviam sido utilizadas, mas que oferecem a eles uma aparência contemporânea.

Observa-se, então, que esses três valores de rememoração vão ao encontro do conceito de memória local. Eles imprimem uma “marca” ao lugar, seja através de restaurações ou da visibilidade das marcas do tempo. Qualquer um dos três valores aos quais a sociedade seja sensível irá contribuir para que os monumentos históricos sejam testemunho, pelo maior tempo possível, dos acontecimentos e modos de agir de uma época.

### 3. Dois testemunhos riograndinos

A cidade do Rio Grande foi fundada em 1737, por portugueses, como Povoação do Rio Grande de São Pedro. A localidade apresenta um patrimônio arquitetônico importante e diversificado, tendo recebido o título de *Cidade Histórica, Patrimônio do Rio Grande do Sul*. No centro histórico da cidade, e em sua vizinhança próxima, muitos prédios preservados das correntes luso-brasileira e eclética roubam a atenção do observador. São bens inventariados e/ou tombados em nível municipal, estadual ou federal.

O primeiro dos prédios analisado é um sobrado de dois pavimentos (**vd. Figura 2.**) situado na esquina da Rua Marechal Floriano Peixoto, antiga Rua da Praia, com a Rua Francisco Marques. Ele foi construído em 1862 e tombado em nível estadual em 1982. Faz parte do Inventário de Bens Culturais do Município e foi restaurado no ano de 1995. Ao longo das décadas, passou a ser chamado de Sobrado dos Azulejos, pela beleza de suas fachadas revestidas por azulejos portugueses.



Figura 2. Sobrado dos Azulejos restaurado. Fonte: Autoras, 2017.

O prédio está edificado no alinhamento predial, sem recuos. Possui platibanda cheia com frontão retilíneo, sendo apenas uma parte vazada, com acréscimo de gradil. Suas janelas são em guilhotina e suas portas de abrir, com duas folhas. Ambas as aberturas mostram bandeiras envidraçadas em arcos plenos. Na fachada principal há um balcão corrido em aço.

O Sobrado dos Azulejos pode ser entendido como uma jóia arquitetônica para a cidade, pois ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com o modo de construir do colonizador, também é um exemplar único para a sua região. Após ter sido restaurado, continuou em ótimo

estado de conservação. Atualmente, abriga a Secretaria Municipal de Educação, sendo o seu pavimento térreo destinado para exposições de arte.

O segundo prédio a ser estudado é também um sobrado de dois pavimentos (vd. **Figura 3.**) e localiza-se na Rua Benjamin Constant, na esquina com a Rua Conde de Porto Alegre. O prédio encontra-se fora dos limites do centro histórico, mas consta no Inventário de Bens Culturais do Município. Foi construído em 1864, e possui uso comercial no pavimento térreo e uso residencial no primeiro pavimento.

O sobrado da Rua Benjamin não possui todos os seus panos de fachadas azulejados, mas apenas os que cobrem o primeiro pavimento. Esse imóvel pertence a uma família riograndina que não demonstra interesse em manter a originalidade da edificação ou submetê-la a processos interventivos. Da mesma forma, esse imóvel não possui uso público, tendo sido em alguns períodos parcialmente locado.



**Figura 3.** Sobrado da Rua Benjamin Constant. **Fonte:** Autoras, 2019.

A edificação não conta com platibanda, deixando seu telhado cerâmico aparente. Logo abaixo do telhado nota-se a presença de uma cimalha. As aberturas do primeiro pavimento possuem duas folhas com verga reta, sem bandeiras. Não há portas janelas nem balcão corrido no primeiro pavimento. As aberturas do pavimento térreo foram descaracterizadas. No geral, o prédio possui arquitetura mais simplificada que o exemplar da Rua Marechal Floriano.

Como característica principal, os dois exemplares possuem fachadas azulejadas. Para os brasileiros, o azulejo português é muito mais do que uma simples peça feita de barro cozido e esmaltado, são peças que remontam a história dos colonizadores portugueses em terras brasileiras, trazendo impresso em cada padrão a história de um povo e de uma época portuguesa (Curval, 2012). Não se sabe ao certo se foi Brasil ou Portugal quem fez primeiro o uso do azulejo como revestimento de fachada (Alcântara, 2001), mas sabe-se que Portugal utilizava desde muitos séculos antes os azulejos como revestimentos de cúpulas de igrejas e de jardins de palácios.

Os portugueses costumavam retratar em painéis azulejares a história de seu cotidiano, com cenas muito comuns pintadas à mão, por grandes artistas, que mostravam o dia a dia da

população, o ir e vir, o modo de vestir, entre outros. Esses painéis são o testemunho de histórias vividas pelos antigos portugueses às gerações atuais. A cidade do Rio Grande, embora mais tardiamente do que as cidades do norte e do nordeste, também foi colonizada por portugueses e estes trouxeram consigo o apreço pela arte do azulejar, transmitindo de geração em geração aos riograndinos a importância de se manter viva a memória e a história de sua pátria-mãe.

A tipologia dos azulejos de fachada neles presentes pode ser notada em alguns outros poucos monumentos brasileiros, sendo encontrados em um sobrado residencial da zona central de Porto Alegre e no cemitério de Belém do Pará. Todos esses exemplares, de acordo com Curval (2012), são procedentes da região do Porto, Portugal e datam do mesmo século.

Ao analisar-se, em primeiro lugar, o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea, percebe-se que ambos os prédios possuem a mesma importância, visto serem construções datadas do mesmo século e com a mesma tipologia construtiva. Percebe-se que em alguns casos o que mais chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é bem visto.

Outro fato importante é a localização do Sobrado em uma das ruas mais antigas da cidade. A Rua Marechal Floriano Peixoto já foi denominada de Rua da Praia, pois ficava às margens da Laguna dos Patos (Antochevis, 2015). Em 1809, os relatos do viajante John Luccock mostraram a existência de duas ruas muito extensas na então vila: a Rua Marechal Floriano, que era a principal, com casas majestosas e a Rua General Bacelar, com cabanas pequenas (Luccock, 1987).

Assim sendo, os prédios destacados para estudo representam um período da história portuguesa de grande produção industrial. Após o terremoto de Lisboa, em 1755, a técnica de fabricação dos azulejos de fachada sofreu um grande impulso, e tal representatividade pode ser observada no produto do azulejo de fachada presente em ambas as edificações estudadas.

A população riograndina possui grande empatia pelo Sobrado dos Azulejos, sendo ele considerado um dos exemplares arquitetônicos mais belos da cidade. Acredita-se que tal valorização se deva ao fato do sobrado ser um imóvel público de caráter diferenciado, pois é o único sobrado azulejado em todas as fachadas do Estado do Rio Grande do Sul. Esse fato rememora a cultura luso-brasileira e, concomitantemente faz os transeuntes lembrarem da história do povo português através da leitura das pequenas peças cerâmicas pintadas a mão.

Outro fato importante é a localização do Sobrado em uma das ruas mais antigas da cidade. A Rua Marechal Floriano já foi denominada de Rua da Praia, pois ficava às margens da Laguna dos Patos (Antochevis, 2015). Em 1809, os relatos do viajante John Luccock mostraram a existência de duas ruas muito extensas na então vila: a Rua Marechal Floriano, que era a principal, com casas majestosas e a Rua General Bacelar, com cabanas pequenas (Luccock, 1987).

No sobrado dos azulejos, o valor histórico levou a cópia dos revestimentos azulejares junto ao processo de intervenção restaurativa, quando, na década de 1990, a empresa responsável pela execução da obra de restauro procurou buscar na cidade do Porto exemplares idênticos e de mesma fabricação dos azulejos azuis e brancos que compõem as fachadas da edificação, para sua substituição. A técnica foi tão bem executada que a população, assim como na entrega do prédio da Prefeitura Municipal, após o incêndio, prestigiou o final da obra com grande entusiasmo.

O valor rememorativo intencionado foi o mais importante para entendermos os diferentes estados de preservação dos objetos de estudo. Para a população riograndina, o Sobrado dos Azulejos é único por ter recebido em todas as suas fachadas o azulejo português como revestimento e, desde muitas décadas é o único exemplar remanescente no Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja: é o único sobrado azulejado em todas as suas fachadas no sul do Brasil, feito que o confere um valor rememorativo intencionado.

Por outro lado, o prédio da Rua Benjamin apresenta azulejos apenas no primeiro pavimento, acima do ângulo de visão dos transeuntes. Dessa forma, a parte de sua fachada mais visualizada é rebocada e pintada de modo similar a muitas outras existentes. Não se percebe no prédio o valor rememorativo intencionado, não há a intenção de mantê-lo preservado, ou de restaurá-lo ao padrão original.

No geral, podemos dizer que a sociedade sabe que um monumento representa o passado, devendo lembrá-lo. Porém, o mais importante é mantê-lo com poucas marcas do tempo, sem patologias. Percebe-se então que a sociedade atribui ao Sobrado dos Azulejos um valor histórico, somado ao valor rememorativo intencionado. Valor histórico, pois o bem representa uma determinada época, no caso a época dos primeiros sobrados a serem construídos no centro histórico. Valor rememorativo intencional porque a cidade pretende que ele continue íntegro e conservado, por ser um imóvel de cunho diferenciado perante o Estado do Rio Grande do Sul.

Percebe-se então que a sociedade atribui ao Sobrado dos Azulejos um valor histórico, somado ao valor rememorativo intencionado. Valor histórico, pois o bem representa uma determinada época, no caso a época dos primeiros sobrados a serem construídos no centro histórico. Valor rememorativo intencional porque a cidade pretende que ele continue íntegro e conservado por ser um imóvel de cunho diferenciado perante o Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação ao sobrado da Rua Benjamin, pode-se observar a existência do valor histórico, pelos mesmos motivos do exemplar anterior. No entanto, devido à sua descaracterização, ocorrida a muitas décadas atrás, a população não tem este sobrado na sua lembrança, ao caminhar por uma rua movimentada, mas não histórica.

#### 4. Considerações Finais

Dos três valores estudados que podem ser atribuídos a um monumento histórico, o mais próximo de constituir uma justificativa forte para a preservação é o valor histórico rememorativo. A sociedade preserva o que acredita fazer parte de sua identidade, da identidade da sua cidade, da memória local, mas que possua um caráter e uma importância diferenciados.

Os exemplos citados nesse trabalho mostram como a construção com algumas características locais (e outras únicas na região) é conservada em condições muito melhores do que aquela que não mostra evidências nítidas de um período tão significativo para a cidade, assemelhando-se a alguns outros prédios. Ao mesmo tempo, mostra a dualidade entre duas edificações com mesma tipologia e história, porém com valor histórico rememorativo diferenciados.

Para que um bem seja preservado é necessário despertar na população os valores de antiguidade e rememorativo intencionado. A sociedade deve aprender a valorizar os prédios antigos, mesmo que eles não possuam um valor histórico muito evidente. Como todo bem cultural é um testemunho, é importante auxiliar para que eles permaneçam na memória da sem descaracterizá-los por não estarem ao gosto do proprietário. O que importa é que eles representem algum fato, uma maneira diferenciada de construir, um hábito vivido no passado que hoje não acontece mais.

Observa-se, então, que esses três valores de rememoração vão ao encontro do conceito de memória local. Eles imprimem uma “marca” ao lugar, seja através de restaurações ou da visibilidade das marcas do tempo. Porém nem sempre esses valores fazem com que os monumentos não estejam sujeitos a processos interventivos ou a descaracterizações.

O que se espera, acima de tudo, é que uma sociedade não sinta um “vazio” ao contemplar, fotos antigas de sua cidade, de seu centro histórico, de seu bairro, pensando como uma determinada rua poderia ser mais agradável de percorrer se o seu patrimônio histórico tivesse sido preservado. A memória e os valores se fundem para que a identidade não seja perdida. Pode-se dizer que o monumento garante a preservação das origens e dissolve as angústias geradas pela incerteza dos começos (Choay).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcântara, D. (2001). *Patrimônio azulejar brasileiro: aspectos históricos e de conservação*. Brasília: Ministério da Cultura.

Antochevis, Eliza F. (2015). *Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande*. RS (1755-1941). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Choay, Françoise (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.

Curval, Renata Ferrari (2015). *Funcionalização de superfícies de azulejos históricos com organossilano para a obtenção de superfícies hidrofóbicas com a finalidade de preservação e conservação do vidro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Lemos, Carlos A. C. (1997). *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Luccock, John (1987). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Villa Rica. *Patrimônio Patrimonial // Eliza Furlong Antochevis e Renata Barbosa Ferrari Curval // pp. 56 - 64*

Riegl, Alois (2008). *El culto Moderno a los monumentos*. Madrid: A. Machado Livros.

Secretaria Municipal de Educação e de Cultura (Rio Grande) (2012). Programa de educação patrimonial. *Ame Rio Grande - História, identidade e preservação do patrimônio cultural: folheto informativo*. Rio Grande.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (1964). Carta de Veneza. Disponível na [www:<URL:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236). Acesso em: 10 dez. 2012>.

Prefeitura Municipal do Rio Grande. Reportagem. Prédio da Prefeitura incendiado no dia 24 de abril. Disponível na [www:<URL: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes, incendio-predio-da-prefeitura.html](http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes, incendio-predio-da-prefeitura.html). Acesso em: 12 dez. 2012>.

Jornal Zero Hora. Reportagem. Prefeitura de Rio Grande é inaugurada após incendio de 2006. Disponível na [www:<URL: http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/12/prefeitura-riogrande-reinaugurada-2006-397485.html](http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/12/prefeitura-riogrande-reinaugurada-2006-397485.html)>. Acesso em: 20 dez. 2012>.